

PREÂMBULO

PADRÕES DE COMPORTAMENTO

“A evolução é a lei da vida. O número é a lei do universo. A unidade é a lei de Deus” (Pitágoras).

Somos, geralmente, reféns de metáforas, de conceitos, de padrões de comportamento utilizados, diuturnamente, em nossas vidas e dos quais desconhecemos a procedência. Herdamos-os de pais, mestres, religiosos, gurus, companheiros de trabalho, terapeutas, autoridades.

Tornaram-se um hábito, uma cultura, a moldarem nossas ações, percepções, emoções. E, assim, acomodados, esquecemo-nos de nossa individualidade, de que somos os remadores, os pilotos, os maquinistas do trem, em movimento crescendo, os agentes de nossas mudanças, das estratégias de navegar pelo mar da vida e do tempo, com seus desafios, maravilhas, mistérios, experiências, possibilidades. Somos impelidos nesse imenso lago de constantes sobressaltos, que é a vida, a romper padrões emocionais de medo, indolência, a instituir consciência e hábitos de excelência, de ações, que nos permitam novos níveis de expansão, a ascensão a horizontes cada vez mais amplos, desafiadores.

Antigos padrões de comportamento, sentimento, pensamento, por mais convencionados, transformam-nos, por força de hábito, quantas vezes, em múmias, tumbas, objetos ociosos. Sempre há e haverá, novas águas a serem navegadas, golfos e oceanos inexplorados, novas sementes a serem lançadas e que geram frutos de sucesso mental, social, intelectual, financeiro, profissional, espiritual. Somos individualidades, espiritualidades em permanente despertar e não marionetes, robôs a serviço e à disposição de “donos” da verdade.

A evolução é lei universal, irreversível e novos padrões se constituem, se descortinam a cada momento. Se erramos, somos condicionados, dentro dos valores vigentes, a julgamentos de fracasso, de inabilidade. Se deparamos com obstáculo, uma pedra, logo o intitulamos um problema, quando nele está, geralmente, a solução. Culpar o outro por nossos erros, disfarçar nossa insegurança pela raiva, agressividade, eis um processo fácil, cômodo, mas fatal, intoxicante. O êxito, afinal, é fruto de disciplina, da vontade, de esforço individual e progressivo, de impulso fortalecedor e libertador.

AO PÉ DA FOGUEIRA FREQUÊS PERDIDO

Bebia demais, às vezes desbragadamente. A. E., conhecido trabalhador rural nas beiradas do Rio das Mortes, tornara-se, com o tempo, um bebem inveterado. No trabalho, se alcoolizado, aprontava das suas. Misturava, de uma vez, vacas e bezerros na hora da ordenha; arriava cavalos pela metade, faltando peças de arreata, caindo, levando quedas pelas grotas; derrubava tronqueiras e porteiras; fazia das suas, enfim, lá na sua incontinência e inconsciência etílica.

Era, contudo, pessoa alegre, extrovertida, operosa, com largo círculo de amizades. Homem de gosto e de exímio paladar, consumindo tão somente cachaça da melhor qualidade e de notória procedência. Mesmo enfermo, não abria mão da “amiga”, fiel “companheira” de existência, adquirida diretamente das indústrias fabricantes e de alguns bares da redondeza.

Acamado, nas vascas da morte, obteve a anuência dos familiares que instalaram, ao lado de sua cama, um volumoso garrafão de pinga, acoplado a uma mangueira, a que ele “puxava”, intermitentemente, ao longo do dia. Assim que morreu, velório cheio de gente, pois que era pessoa de muitíssimas amizades, horário do enterro, alguém pilheriou, apontando para seus fornecedores, todos ali presentes:

- Engraçado, pelo que posso observar, os mais pesarosos, sem dúvida, aqui com a morte do A. E. são os alambiqueiros e proprietários de bares.
- Lógico, sentenciou o interlocutor, eles ficaram sem o seu melhor frequês...

(Fonte: GC – MAL)



ADIVINHAS

- 1- O que o cavalo foi fazer no orelhão?
- 2- Porque o elefante usa óculos verde?
- 3- Porque o elefante usa óculos vermelho?
- 4- O cinema estava cheio de cimento, qual o nome do filme?
- 5- O que pesa mais no mundo?

Respostas: 1- Passar um troço; 2- Para ver de perto; 3- Para ver de perto; 4- Nenhum, cinema estava em construção; 5- A balança.

Provérbios e Adágios

Para refletir:

- Ultrapassa-te a ti mesmo a cada dia, a cada instante. Não por vaidade, mas para corresponderes à obrigação sagrada de contribuir sempre mais e sempre melhor. Mais importante que escutar as palavras é adivinhar as angústias, sondar o mistério, escutar o silêncio. Feliz de quem entende que é preciso mudar muito para ser sempre o mesmo".
(D. Hélder Câmara – 1909-1999)

- Há certos pensamentos mais fortes que nós. A harmonia é o processo de mútuo ajustamento entre coisas dessemelhantes, de diferentes espécies e de ordem desigual.
(Filolau 470.aC – 385aC)

- Não somos o que pensamos nem o que falamos; somos o que fazemos (Aristóteles).

- Morrem jovens os que os deuses amam. (Menandro)

- O amor não tem pressa, ele pode esperar / num fundo de armário / na posta restante / milênios quiçá.
(Chico Buarque – canção "Futuros amantes")

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Leticia Stefany dos Santos Santiago

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago



Espetáculo de cores marcaram o dia de CORPUS CHRISTI em SÃO TIAGO

No dia 15 de junho, diversas ruas e avenida da região central da cidade foram interditadas para receberem os tapetes confeccionados em virtude do feriado de Corpus Christi celebrado solenemente pela Igreja Católica para comemorar o Santíssimo Corpo e Sangue de Jesus Cristo.

Pela manhã grupos, movimentos e pastorais da Paróquia de São Tiago foram organizados em equipes para ornamentar todo o trecho do trajeto da procissão. A celebração que foi feita na parte da tarde e relembrou o tempo em que o saudoso Monsenhor Elói era pároco. Ele tinha grande gosto por esta festividade litúrgica e fazia questão dos enfeites nas ruas e janelas das casas.

Com o tempo, a solenidade estava sendo celebrada somente à noite e não estava mais havendo essa bonita decoração. Porém, como voltou a ser realizada durante o dia muitas pessoas puderam ir à celebração e procissão.

Este ano as ruas pelas quais o Santíssimo Sacramento passou estavam impecáveis. Além de bem confeccionados os tradicionais tapetes, ao final da procissão, grupos vinham limpando as ruas. Graças a dinamicidade do pároco Padre Sebastião Correia o dia foi diferente, colorido, cheio de fé e de espiritualidade.

Marcus Santiago
Membro do IHGST

Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:



SAÚDE PÚBLICA E DESIGUALDADE SOCIAL

Voltam à tona, frequentemente, noticiários sobre doenças e epidemias, trazendo inquietações, transtornos, mortes, verdadeiras tragédias coletivas. Eis aí os surtos de malária, febre amarela, dengue, doenças de chagas, tuberculose, zika, chikungunya, leishmaniose, esquistossomose, febre maculosa etc. as chamadas “doenças tropicais negligenciadas”, segundo a OMS-Organização Mundial de Saúde e que não recebem a correta atenção das autoridades e extensivamente da população. Ampliam-se, por outro lado, casos de doenças graves: depressão, acidente vascular cerebral, cardiopatias, diabetes, câncer, bem como de obesidade mórbida.

Quais as causas – ou melhor, que observações extrair – de tudo isso ?!

Cabe enfatizar sempre a importância de políticas governamentais, mas também de hábitos pessoais e sociais, pertinentes ao saneamento, prevenção, higiene, cuidados preventivos, profiláticos e efetivos no combate a tais doenças. “O indivíduo deve contar com suas próprias forças e escolhas no tocante aos seu direito à saúde” (John Locke, médico e pensador inglês).

No verão de 1986, a Baixada Fluminense, uma área densamente povoada de nosso País, foi atingida por uma doença, que causava febre alta, dores por todo o corpo, manchas, afetando adultos e crianças. Os casos chegaram à época a mais de 33 mil. Era a dengue. Providências tomadas?! Poucas. Trinta anos após, a doença voltou com toda a carga, espalhando-se incontrolável pelo País⁽¹⁾. As causas não foram e não são atacadas: lixões, esgotos a céu aberto, moradias coladas umas às outras,, desinformações dos moradores, focos domésticos e públicos (águas paradas, não drenadas, tornando-as recipientes e cenários perfeitos para a proliferação do mosquito transmissor, o aedes aegypti.) Condições anormais de vida e de pobreza são comprovadamente fatores contributivos para a reprodução e disseminação de doenças, mormente as tropicais. “Os impactos das desigualdades são diretos sobre os mais pobres, mas afetam as demais camadas da sociedade, porque provocam deterioração da vida pública, perda de senso da comunidade e o aumento da violência”. (Dr^a Rita Barradas Barata, epidemiologista – Livro “Como e por que as desigualdades sociais fazem mal à saúde”, Ed. Fiocruz).

Há, todavia, fatores outros que independem da condição social e sim da pessoa. Casos de fumantes, dependentes químicos; a deterioração dos serviços públicos, por força dos baixos investimentos em saneamento básico, escola/educação, segurança, obviamente da saúde, descuidos com higiene e alimentação etc. Segundo o prof. Richard Wilkinson, da Universidade de Nottingham, “em sociedades mais desiguais, as pessoas têm medo umas das outras, ficam constantemente se defendendo, provocando

violência, abuso de drogas e doenças mentais”. A desigualdade social, segundo o mencionado pesquisador, é motivo de aumento da polarização política, de acirramento da competição e ansiedade e ainda de instabilidade econômica⁽²⁾. Há outros fatores que, igual e aparentemente, independem da pessoa, como as predisposições genéticas, que são agravadas por condições ambientais degradadas, poluição, estresse, sedentarismo etc.

Pesquisas demonstram que as desigualdades sociais (pobreza) aumentam as perspectivas de doenças, atuando como fatores determinantes e fugindo, quase sempre, ao controle e à vontade das pessoas. O pertencer a certas classes sociais, gênero, etnia, condições de moradia, nutrição, qualidade do ar condiciona(m) ou geram insalubridade, subemprego, fatores de risco social e ambiental. Muitos grupos, senão milhões, tornam-se, assim, em desvantagem ou em condições precarizadas em termos de sanidade (consultar, a esse respeito, o Índice Gini/FGV) Indicadores de distribuição de renda (salários melhores, ascensão de classes sociais) contribuem para o melhor nível de saúde e longevidade das pessoas.

As projeções quanto às políticas públicas de atenção à saúde no Brasil são preocupantes, embora contemos com o SUS-Sistema Único de Saúde, que é, em tese, um serviço de garantia de acesso à saúde por todas as classes sociais. Corrupção generalizada, desperdício, desigualdade, redução de recursos e investimentos, o aumento de doenças e doentes etc. Com o congelamento das despesas do governo (gastos públicos) por 20 anos recentemente aprovado, somente o SUS perderá 430 bilhões de reais em investimentos até 2036. O governo incentiva, outrossim, a busca por planos privados, cujos custos/mensalidades são proibitivos, elitistas, inacessíveis à população em geral. Ante os índices de desemprego vigentes no País (13 milhões de desempregados, segundo as estatísticas oficiais), somente nos últimos dois anos, cerca de 3 milhões de brasileiros abandonaram os planos de saúde privados, sobrearregando o SUS e condenando milhares à morte antecipada.

(Fonte: Revista Galileu nº 309, abril/2017)

NOTAS

(1) No inverno de 1846, uma epidemia de tifo assolou a região da Silésia, norte da Alemanha, matando 15.000 pessoas. Uma equipe médica, chefiada pelo dr. Rudolf Virchow, um jovem médico polonês, foi enviada ao local, que chegou à seguinte conclusão, após duas semanas de estudos: as causas da doença bacteriana (transmitida por pulgas, que causava delírios, febre alta, erupções cutâneas) era simplesmente a pobreza, a fome, a promiscuidade, desigualdade e corrupção. Os aristocratas e burocratas da época não reconheciam os trabalhadores das classes mais baixas sequer como seres humanos. Em seu relatório às autoridades, Virchow ponderou que não bastava tratar os pacientes com remédios, comida, vestuário, moradia e sim que “se nós quisermos intervir na Silésia, temos que promover o avanço de toda a população e estimular um esforço de igualdade comum” Em suma, a causa determinante da epidemia de tifo – isso numa época em que as causas das doenças eram desconhecidas, atribuídas a miasmas e geração espontânea – segundo o jovem médico era a pobreza e por extensão a desigualdade social. Para prevenir epidemias, como a do tifo, fazia-se necessária uma democracia plena, o fim de privilégios e da corrupção, de modo a se criar cidadãos livres, bem educados e uma sociedade mais justa, igualitária, coesa. “São esses os métodos radicais que sugiro como remédio”, concluiu o cientista polonês. As autoridades, envolvidas com seus privilégios e mordomias, obviamente, não lhe deram ouvidos. Assim, entre 1918 e 1922, grande epidemia de tifo ressurgiu na Silésia, dessa vez com 3 milhões de mortos.

(2) Para o prof. Richard Wilkinson, da forma como agimos, “a vida torna-se sinônimo de status, nós julgamos uns aos outros com base na riqueza exterior, o dinheiro passa a ser a maior qualidade de uma pessoa” A situação (a expectativa de maior igualdade social) pode vir, de acordo com o citado professor, de duas formas: a) pressão popular, quando movimentos sociais fortes forçam a melhor distribuição de renda: b) ameaça externa, como o comunismo no passado. O Presidente Franklin Roosevelt reduziu com sucesso a desigualdade nos EUA, na década de 1930, com o argumento de que estava preservando o sistema capitalista diante da ameaça comunista.

Dr Antônio de Andrade Reis 70 anos de passamento (1947-2017)

O Dr. Antonio de Andrade Reis, médico e administrador público de renome nacional, ínclito filho de São Tiago, onde nasceu aos 15/11/1882, era filho do Cel. José Pedro de Andrade Reis⁽¹⁾ e D^a Ana Josina de Andrade. O casal, além de Dr. Antonio de Andrade Reis, teve mais 2 filhas: Maria Amélia de Andrade c/c Alcides Valle de Macedo, residentes em Juiz de Fora; e Alcina de Andrade Reis, solteira, à época do inventário de sua mãe (+1918).

Sua mãe, D^a Ana Josina de Andrade, era filha de Antonio Torquato Teixeira⁽²⁾ e de D^a Urbana Amélia de Andrade⁽³⁾, barão e baronesa de Ribeirão Vermelho, título concedido em homenagem à atual cidade de Ribeirão Vermelho, então distrito de Lavras, onde possuíam vastas terras.

O casal Cel. José Pedro de Andrade Reis e D^a Ana Josina de Andrade se consorciou aos 16/10/1878 na Igreja de São Vicente Ferrer (São Vicente de Minas). Em 1885 eram moradores em Santa Rita do Rio Abaixo, como proprietários da Fazenda Fundão. Mudaram-se posteriormente para o distrito juiz-forano de Água Limpa (atual cidade de Coronel Pacheco)

Dr. Antonio de Andrade Reis realizou seus estudos secundários no renomado Colégio Grambery de Juiz de Fora; em 1905, matriculou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, então a única existente na região Sudeste, onde bacharelou-se em 1910, com especialização em cirurgia e com treinamentos cirúrgico-hospitalares, posteriormente, durante dois anos, na França e Alemanha.

Casou-se aos 18/01/1910 na então Capital Federal com Gabriela Martins de Andrade Reis ("Dona Bielinha", como era familiarmente conhecida) (1891-1963), filha de Gabriel Martins Ferreira e D^a Maria Gabriela de Andrade Martins Ferreira.

Após o enlace matrimonial, o casal Andrade Reis foi/veio residir em São João Del-Rei, num casarão no Largo do Rosário, onde tinham como vizinhas as famílias de Eduardo de Almeida Magalhães e de Tancredo Neves, com as quais estabeleceram sólidos e inseparáveis laços de amizade.

O casal Andrade Reis e D^a Bielinha teve os seguintes filhos: I – Dr. Ivan de Andrade Reis, conceituado médico cirurgião, falecido em setembro de 1982, deixando a viúva Nilza Guimarães de Andrade Reis (já falecida) e 4 filhos; II – Niva de Andrade Reis, nascida aos 05/11/1917, casada, em 1^as núpcias com o Dr. Saulo Paulo Villa (+), com quem teve 4 filhos e em 2^{as} núpcias com Eustáquio Galles Jones Prieto, sem geração; III – Dr. Antonio de Andrade Reis Filho (07/05/1919-26/10/1992), também renomado médico cirurgião, falecido em 1992, deixando viúva, D^a Marina de Resende de Andrade Reis – com quem se casara aos 25/04/1950 - e 7 filhos: Raquel, Carlos, Nelson, Inês, Antonio, Gisele e Eduardo.

Estabelecendo-se Dr. Andrade Reis como clínico e cirurgião, granjearia rapidamente renome e reverência como excepcional profissional, atraindo considerável clientela. Tra-

balharia ele praticamente toda a sua existência na Santa Casa de Misericórdia de São João Del-Rei, a ela se dedicando de corpo e alma por mais de 30 anos, celebrizando-se como notável médico cirurgião e tornando a Santa Casa uma instituição médica de reputação nacional, mormente na área cirúrgica⁽⁴⁾ contando, para tal, com a contribuição de inúmeros outros médicos, dentre estes seus dois filhos, Dr. Ivan e Dr. Antonio de Andrade Reis Filho, ambos também excepcionais cirurgiões, e ainda o notável médico são-tiaguense Dr. Antonio das Chagas Viegas⁽⁵⁾.

Atendia em seu consultório médico na Praça dos Andradas (hoje Praça dos Expedicionários), onde eram vistos dezenas de pacientes, sem distinção de classes sociais, vindos de toda a região e território mineiro, mesmo de outros Estados, aos quais atendia com toda distinção e nobreza. Foi ainda médico da Rede Mineira de Viação, deslocando-se em tróleis da Rede para atendimento aos funcionários e familiares. Poliglota, dominava vários idiomas como inglês, francês, alemão, dada a sua vivência internacional, tendo frequentado e se especializado durante 2 anos nas mais modernas clínicas e hospitais da França e da Alemanha.

Dr. Antonio de Andrade Reis, além de médico conceituadíssimo, inigualável cirurgião, com especialidade em ginecologia e obstetrícia, desempenhou ainda inúmeras atividades públicas, incluindo a de presidente da Câmara de São João Del-Rei entre 1927 a 1929 (cargo, à época, correspondente ao de prefeito), gestão profícua e austera, como era de seu perfil⁽⁶⁾.

Dr. Andrade Reis faleceu em Juiz de Fora, aos 24/08/1947, sendo sepultado no Cemitério do Carmo em São João Del-Rei.

Dr. Andrade Reis soube aliar, como poucos, o conhecimento científico, os seus elevados dons médicos, ao de um homem caritativo, humano, benevolente, cordato, cujas ações buscavam sempre contribuir para aliviar as dores e angústias de seus pacientes. Sempre discreto, era avesso a qualquer vaidade, personalismos, manifestações pessoais, a encômios políticos. "Tive sempre horror ao prestígio político, receando qualquer posição, pois conheço a minha vocação e meu feito. Nasci para o hospital, ao lado do doente pobre, a quem não nego nunca o meu carinho e onde cultivo a mais nobre das profissões, aquela que não vê ódios e apenas procura diminuir dores" (Entrevista ao jornal "O Correio", de São João Del-Rei, ano IV, ed. n^o 176, 09/02/1930).

"Viver na órbita da intriga e da inveja, na crítica de erros de colegas, seria para mim uma quase renúncia ao meu título, porque está fora dos moldes que convêm à minha índole" (Trecho de discurso de posse na Academia Nacional de Medicina, no Rio de Janeiro, em 05/11/1925).

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, em expediente de 25/08/1947, por indicação do Dep. Tancredo Neves, apresentou voto de pesar pela morte do grande médico e benfeitor Dr. Antonio de Andrade Reis.



Dr. Antonio de Andrade Reis e família

NOTAS

(1) José Pedro de Andrade Reis era filho de José Pedro de Andrade Júnior (+ 27/08/1860) e D^a Francisca de Paula de Andrade, batizado aos 01/02/1857, na Capela do Espírito Santo (São Vicente de Minas), tendo como padrinhos Severino Damasciano dos Reis e D^a Iria Cândida de Andrade, avós maternos

José Pedro de Andrade Junior (avô de dr. Andrade Reis) era filho de Prudente Amâncio dos Reis e Mariana Vitória de Andrade; já D^a Francisca de Paula de Andrade era filha de Severino Damasciano dos Reis e Iria Cândida de Andrade (Prudente e Severino eram irmãos, assim como Mariana e Iria eram irmãs)

O casal José Pedro e Francisca de Paula casou aos 18/09/1854 na Ermida de Severino Damasciano dos Reis, em Carrancas. José Pedro faleceu aos 27/08/1860, deixando os filhos: I – José, batizado aos 01/02/1857 na Capela do Espírito Santo; II – José Pedro de Andrade c/c Ana Josina de Andrade aos 16/10/1878 na Igreja de S. Vicente Ferrer (S. Vicente de Minas); III – Maria, falecida depois do pai. A viúva, D^a Francisca de Paula de Andrade (+ 1883) casou em 2^{as} núpcias, aos 16/12/1863 com Custódio José de Souza Pinto.

(2) Antonio Torquato Teixeira, barão de Ribeirão Vermelho, foi batizado aos 10/10/1830, filho de José Teixeira da Costa Guimarães e Maria Teobalda de Rezende. Proprietário, dentre outras, da Fazenda Itapeçerica, em Perdões, onde faleceu aos 27/06/1898 aos 67 anos. Causa mortis: lesão cardíaca. Sepultado na Igreja Matriz do distrito de Perdões, sendo declarante Benjamim Ferreira Guimarães. Deixou 12 filhos: Maria Severina, Josefa Amélia (ver box), Ana Josina, Iria Teobalda, José Procópio, Severino, Antonio Augusto, Urselina Cândida, Urbana Augusta, Amélia Angelina, Huffeland, Valério (Cert. Óbito LV C-2, fls.80v, n^o 57, Cart. Reg. Civil Perdões).

(3) Urbana Amélia de Andrade, baronesa de Ribeirão Vermelho, era filha do Sargento-Comendador Severino Damasciano dos Reis e Iria Cândida de Andrade, casados aos 30/06/1824 na ermida de D^a Luciana, em Carrancas.

O Comendador Severino Damasciano dos Reis faleceu aos 87 anos na Fazenda Pitan-

gueiras, sendo sepultado aos 02/02/1884 na Capela do Espírito Santo em São Vicente de Minas.

(4) À época, inícios do séc. XX, Minas Gerais contava com 2 polos de clínica médica: em Belo Horizonte, com os Drs. Hugo Furquim Werneck (1878-1935) e Borges da Costa; e em Juiz de Fora com os Drs. Hermenegildo Villaga e Edgard Quinet. Dr. Andrade Reis decidiu criar em São João Del-Rei um 3º polo, lutando ousada e incansavelmente pela implantação da Maternidade, pavilhão para cirurgias, aquisição de equipamentos modernos (raio X, laboratório etc), além de se especializar na Europa, onde frequentou os mais modernos hospitais, defendendo teses. Para se manter fora do País, Dr. Andrade Reis chegou a vender, à exceção da casa de morada, tudo o que tinha incluindo móveis. Tornar-se ele amigo de grandes médicos e cientistas da época dentre eles Dr. Carlos Chagas, Dr. Miguel Couto e outros.

(5) Sobre Dr. Antonio das Chagas Viegas, outro saotiaguense ilustre, médico e que exerceu ainda as funções de prefeito municipal de São João Del-Rei, ver matéria em nosso boletim nº LXXVII/fev/2014.

(6) Como administrador municipal de São João Del-Rei entre 1927 e 1929, Dr. Antonio de Andrade Reis, além de pacificar as correntes políticas (os “viegistas” chefiados pelo Deputado Dr. Augusto das Chagas Viegas, proprietário do jornal local “A Tribuna” e os “basilistas” ligados ao Deputado Basílio de Magalhães, realizaria ele um formidável número de empreendimentos públicos, como a criação de 37 escolas, um grupo escolar, uma escola de menores; posto permanente de higiene e profilaxia; abertura de estradas, dentre elas a de São João Del-Rei até São João Batista (Morro do Ferro), num percurso de 70 km, sendo concessionário o Dr. Antonio das Chagas Viegas; de São João a Barbacena, ao Turvo (Andrelândia), a Prados, a Bom Sucesso etc.; calçamentos com paralelepípedos de dezenas de vias públicas; aumento da capacidade energética da cidade.

JOSEFA AMÉLIA DE ANDRADE era irmã de D^a Ana Josina de Andrade. Casou com José Joaquim de Andrade Júnior, filho de José Joaquim de Andrade Reis (*1826), Barão de Ponte Nova, célebre proprietário da Fazenda Coqueiros, em partes legadas por seu pai o Comendador Severino Damasciano dos Reis.

José Joaquim de Andrade Reis Júnior e Josefa Amélia de Andrade casaram em São Vicente Ferrer (São Vicente de Minas), sendo moradores em São Tiago. Por volta de 1916, enfermo, José Joaquim mudou para Conceição da Barra, onde faleceu aos 20/04/1918, com inventário aberto, no mesmo ano, pela viúva.

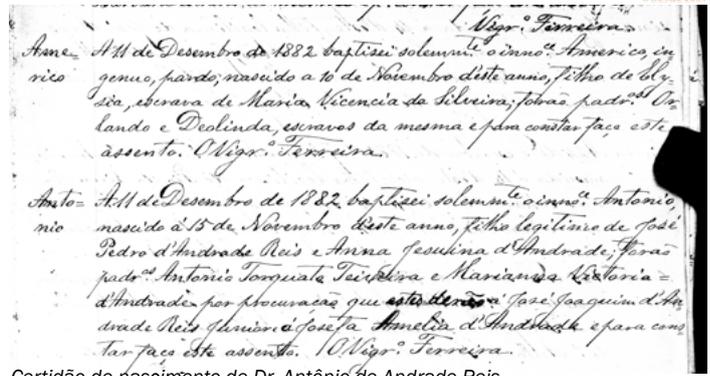
D^a Josefa Amélia de Andrade faleceu em S. João Del-Rei, em sua residência na Rua das Flores (atual Rua Maestro Batista Lopes, onde fica a Capela do Divino), aos 21/01/1933, aos 75 anos.

Filhos do casal José Joaquim de Andrade Reis Júnior e Josefa Amélia de Andrade: I – José de Andrade Reis, nascido aos 12/08/1877, batizado na Paróquia de São Tiago aos 22/08/1877; II – Juvenal Teixeira de Andrade nascido aos 22/07/1884, batizado na Paróquia de São Tiago aos 11/08/1884; III – Joaquim de Andrade Reis, nascido aos 20/10/1887 e batizado na Paróquia de São Tiago aos 13/11/1887; IV – Francisco Torquato de Andrade, tinha 39 anos em 1933; V – Maria José de Andrade, tinha 55 anos em 1933; VI – Urbana Angelina de Andrade; VII – Helena Teixeira de Andrade, tinha 35 anos em 1933; VIII – Malvina, nascida aos 23/07/1891, batizada na Paróquia de São Tiago aos 11/08/1891.

JOSÉ JOAQUIM DE ANDRADE REIS, Barão de Ponte Nova (+1906), casou duas vezes - a primeira, em Aiuruoca, com Ubaldina Cândida de Andrade, filha de Antonio Joaquim de Andrade e Cândida Umbelina de Andrade, tendo o casal três filhos: I – Severino de Andrade Reis, com 13 anos em 1862; II – Maria Umbelina de Andrade com 12 anos em 1862 (já falecida em 1906, representada no inventário do pai por seus filhos, dentre eles José de Andrade Neto, c/c Maria José de Andrade, residentes em São Tiago); III – José Joaquim de Andrade Reis Jr, com 9 anos em 1862, e que viria a se consorciar com Josefa Amélia de Andrade, também residentes em São Tiago.

D^a Ubaldina Cândida de Andrade faleceu na Fazenda Coqueiros aos 02/05/1862.

José Joaquim de Andrade Reis casou em 2^{as} núpcias aos 30/07/1862 na Igreja de N. Senhora de Nazaré (Nazareno) com Mariana Eleutéria de Resende, filha de Silvestre Antonio de Carvalho e Delfina Henriqueta Júlia de Resende.



Certidão de nascimento de Dr. Antônio de Andrade Reis
Paróquia de São Tiago, Livro 03, folha 107

DR. ANTONIO DE ANDRADE REIS (15/11/1882-24/08/1947) - TÍTULOS E CARGOS

- 1912 – Eleito vice-presidente da Sociedade de Medicina e Cirurgia de São João Del-Rei
- 27/11/1924 – Eleito por unanimidade, na condição de membro correspondente, para a Academia Nacional de Medicina com sede no Rio de Janeiro, sendo empossado dia 05/11/1925, saudado pelo Prof. Dr. Miguel Couto (1865-1934)
- Patrono da cadeira nº 6 da Academia Mineira de Medicina, cujo 1º ocupante foi o sanjoanense Dr. Antonio de Melo Alvarenga
- Patrono das cadeiras nº 28 da Academia de Letras de São João Del-Rei e nº 21 do Instituto Histórico e Geográfico de São Tiago
- Diretor da Maternidade e Clínica médico-cirúrgica da Santa Casa de São João del-Rei (1911 a 1947)
- Médico comissionado pela Câmara Municipal de São João Del-Rei para ordenar a campanha de vacinação da população à época da epidemia de “Gripe Espanhola” (1918), destacando-se por sua atuação diuturna, estoica, heroica.
- Diretor do Serviço Cirúrgico do “Pavilhão Almeida Magalhães” da Santa Casa de Misericórdia de S. João Del-Rei (1924-1947)
- Presidente da Câmara Municipal de São João Del-Rei (1927-1929), cargo correspondente a prefeito.
- Fundador, organizador e diretor da Escola de Enfermagem da Cruz Vermelha Sanjoanense (1941-1943)
- Criador e diretor do Curso de Enfermagem da Santa Casa (1946-08/1947)

DR. AUGUSTO VIEGAS ESCREVEU SOBRE O DR. ANDRADE REIS IN “NOTÍCIA HISTÓRICA DE SÃO JOÃO DEL- REI”, BH, 3ª ED. 1969

Santa Casa de Misericórdia de São João del-Rei – “Serviço médico – A ingente e abnegada missão de atender o delicado e vultoso serviço hospitalar veio, através dos tempos, sendo desempenhada por distintos profissionais com a elevada compreensão de seu sacerdócio. Sua direção, a partir de 1916, esteve a cargo do distinto clínico e operador Dr. Antonio de Andrade Reis que, em 1918, devotadamente, tendo da Mesa Administrativa e do distinto corpo clínico o necessário apoio, muito concorreu para modernizar suas instalações. Por seu falecimento, ocorrido em 24 de agosto de 1947, lhe sucedeu nesses encargos seu filho Dr. Ivan de Andrade Reis que, em 1950, passou ao irmão Dr. Antonio de Andrade Reis Filho que os vem desempenhando competentemente” (op. cit. p. 131)

Galeria de são-joanenses de nascimento e de coração que aqui exerceram funções públicas, já falecidos

“Dr. Antonio de Andrade Reis, nascido no então distrito, hoje cidade de São Tiago, em 1882, o Dr. Andrade Reis foi homem de excepcionais qualidades de espírito e de coração. Havendo feito o curso secundário no conceituado Educandário Grambery de Juiz de Fora, em 1904 se matriculou na Academia de Medicina do Rio de Janeiro, onde, depois de esmerado curso, se doutorou no ano de 1910.

Instalando seu consultório nesta cidade, dentro em pouco, se revelou competente profissional, tendo grande clientela. Diretor do Serviço hospitalar da Santa Casa desde 1916 até seu falecimento em 1947, foi também cirurgião de justo renome.

Cidadão de apreciáveis sentimentos cívicos, o Dr. Andrade Reis teve feliz oportunidade de prestar excelentes serviços a este município como presidente de sua Câmara, de 1927 a 1929, em período de agitada política, concorrendo, assim, para serenar a situação de intranquilidade em que vivia a população” (id. pp. 211/212).

Sobre o Dr. Antonio de Andrade Reis ver matérias em
nossos boletins: XI – julho/2008 e XIII - outubro/2008.

COMBATE AOS QUILOMBOS

Passagem da Tropa do CAP. ANTÔNIO JOÃO DE OLIVEIRA

por nossa região em agosto de 1746

O combate aos quilombos nas regiões do Centro-Oeste e mesmo redutos do Triângulo Mineiro, no chamado “sertão do Campo Grande”⁽¹⁾ - que, inicialmente chegava/atingia a atual cidade de Pium-i, depois se ampliando - foi uma constante, ao longo do séc. XVIII, por parte das autoridades coloniais portuguesas. O estudo do tema “quilombos”⁽²⁾ e o combate a eles operado pelos governantes, de então, em nossa Capitania, é, em si, complexo, senão ardiloso. Assim, por exemplo, os relatos de Inácio Correia Pamplona (tidos como polêmicos por pesquisadores, com adulterações de dados sobre locais, datas dos “combates”, fatos etc.) e dos governadores da Capitania sobre as expedições/destruição de quilombos são, por vezes, inverídicos, “plantados”, falaciosos. Um emaranhado de pontos de vista, desinformações, desidias cercam o assunto, em especial os relatórios oficiais e mesmo conceituações por parte de historiadores “oficialistas” e que somente, nos últimos tempos, alguns estudiosos independentes, “regionalistas” ou adeptos da micro-história, vem lançando novas luzes, rompendo paradigmas. Na verdade, os ataques das tropas oficiais eram direcionados, muitas vezes, contra brancos pobres, escravos forros, posseiros, lavradores, tratados pelas autoridades coloniais como “quilombolas” e dessa forma extorquidos, massacrados.

Pela sua posição estratégica e geográfica, nossa região sempre foi palco da passagem de várias expedições e grupamentos, dentre eles os de cunho militar. Já abordamos em nossas páginas a travessia, por nossas terras em 1769, da expedição chefiada por Inácio Correia Pamplona (ver matéria em nosso boletim nº XCIX - Dez/2015). Registramos, ora, nessa matéria, a passagem das tropas do Cap. Antonio João de Oliveira, que, acantonadas no Sítio dos Curtumes, por determinação oficial⁽³⁾ deslocaram-se, em agosto de 1746, por cerca de 50 léguas, com a finalidade de atacar o quilombo do Ambrósio, o mais duradouro quilombo de Minas Gerais, fundado por volta de 1726 e que se tornara uma ameaça permanente, insidiosa às autoridades e à população.

As tropas foram recrutadas a mando do Gov. Gomes Freire de Andrade na freguesia dos Carijós: Congonhas do Campo, Ouro Branco, Conselheiro Lafaiete, Prados, São Brás do Suaçuí, Entre Rios, Resende Costa, Santa Rita e ainda São João del-Rei. Aliás, na oportunidade, ao capitão mor de São João del-Rei, Manuel da Costa Fonseca, o Gov. Gomes Freire determinou o fornecimento de 60 homens capazes para a

luta, incluindo capitães do mato. Por se tratar de operação altamente onerosa, as câmaras municipais (das vilas em que tinham comarca) foram convocadas a cooperar com 2.750 oitavas de ouro. Reunidas no Sítio dos Curtumes (situado, segundo a maioria dos historiadores, no hoje município de Casa Grande, opinião mais aceita; para outros no sudoeste do município de Resende Costa ou Lagoa Dourada ou ainda no itinerário entre Entre Rios e Morro do Ferro, porém menos fundamentadas), dali partiram, em agosto de 1746, supermuniçadas, para o embate contra os quilombolas de Pai Ambrósio (na verdade, sabe-se hoje, o combate foi contra o 1º quilombo de Ambrósio, localizado em terras do atual município de Cristais). Eram cerca de 400 homens em 10 companhias, de 30 soldados cada, além de cerca de 100 auxiliares e condutores de armas, munições, alimentos, estes sob a coordenação do Cap. Antonio Francisco França, encarregado do trem bélico de várias expedições à época, aos sertões⁽⁴⁾ Assim, as tropas atacantes do Cap. Antonio João de Oliveira achavam-se montadas, vestidos de túnicas escamadas ou de couro cru, apetrechadas de viveres, espingardas, reíunas, pederneiras, escopetas, lazarinas, pistoletes, pistolas, todas com fogo a sílex, espadas, lanças, baionetas acopladas a fuzis e até granadas. Os “quilombolas” atacados, por sua vez, munidos de flechas, chuços de ferro e paus. Em ofício ao Rei, o Gov. Gomes Freire fez questão de destacar a superioridade militar da expedição em relação aos quilombolas e a irremediável destruição destes, ponderando que “um corpo de flechas não tem partido com outro com armas de fogo e parte da tropa coberta de couro cru que defende o tiro de flecha e outra parte armada de baioneta” (APM SC 45, fls. 64v / APM SC 84, fls. 111). Ou seja, o próprio Governador reconhecia que os quilombolas – que para vários pesquisadores não passavam de pequenos lavradores e/ou posseiros pobres - não tinham armas de fogo!

Seguindo o itinerário da antiga picada de Urbano do Couto (1733),

INTERNET/DIVULGAÇÃO



a expedição bélica, segundo o historiador Tarcísio José Martins, saiu do Sítio dos Curtumes, daí o sudoeste de Resende Costa e norte de Ritópolis, atravessando rumo a oeste o Rio do Peixe, daí o centro-nordeste de São Tiago, passando por Morro do Ferro a sudeste de Oliveira; galgou, a seguir, o morro do Quebra-Cangalhas, tomando o rumo noroeste, passando por São Francisco de Paula, daí derivando a noroeste, entre Camacho e o sudeste de Itapeçerica. Atravessou, após, os rios Santana e Pouso Alegre, onde se posicionou, em terras hoje dos municípios de Aguanil (Formiga, segundo outras fontes) e cristais para o ataque ao quilombo. Tratava-se de pequena fortaleza com cerca de 120 quilombolas, praticamente desarmados, porquanto munidos de armas rústicas (flechas e lanças), sendo que, no combate, cerca de sete horas, mais de duas dezenas deles foram mortos e o restante, em sua maioria mulheres, aprisionado. Outros fugiram, reunindo-se, decerto, a outros agrupamentos rebeldes que pipocavam pela região. Dali, a tropa prosseguiu, destruindo paióis de mantimentos, casas, plantações, atacando quipacas (trincheiras), povoações e fortificações quilombolas circunjacentes, situadas nos atuais municípios de Formiga, Arcos e Pains (APM-SC 45, 64v / APM-SC 84, 108v).



O célebre rei quilombola Ambrósio, ao contrário do que se pensava oficialmente, não morreria no ataque de 1746. Supõe-se que tenha sido morto em 1759, ao enfrentar as tropas coloniais sob o comando do paulista Bartolomeu Bueno do Prado (que, para tanto, partira de São João del-Rei a 18/06/1759 com 400 homens) para ataque ao 2º quilombo do Ambrósio ou Quilombo Grande, hoje terras do município de Ibiá (Patrocínio, segundo outros), que, à época (1759) era jurisdição goiana. (Fonte: “Moema, as origens do povoado do Doce” – Tarcísio José Martins – BH, Imprensa Oficial, 2012). Tamanha a magnitude da expedição de Bartolomeu Bueno, bandeirante destemido e sanguinário, no conceito do governo colonial, que o próprio Gov. Gomes Freire transferira, provisoriamente, a capital para São João del-Rei. O rei Ambrósio e seu séquito teriam sucumbido na batalha do quilombo de Pernaíba, cujas áreas abrangeriam os hoje municípios de Patrocínio, Monte Carmelo, Guimarães, Serra do Salitre, Ibiá. Em torno de 50 líderes quilombolas, então aprisionados, foram enviados para as galés no Rio de Janeiro e em trabalhos de reconstrução da fortaleza de São Francisco Xavier na Ilha de Villegagnon.

Segundo ainda o historiador Tarcísio José Martins, “...a Confederação Quilombola do Campo Grande, em 1736, já incluía os Goia-ses. Porém, nem em 1746 e nem em 1763, poder-se-ia confundir Ibiá, que ficava em Goiás, com um quilombo que se localizasse entre a dita Comarca (Rio das Mortes) e a de Goiás. O domínio quilombola (...) ocorreu no período de 1737 a 1752 em toda a paragem do Rio do Peixe para o de São Francisco, ou seja, de leste para oeste. Tendo fugido de lá em 1737, esse sesmeiro (Francisco Rodrigues Gondim) e seus familiares só voltaram para a região do rio do Peixe até a região de Formiga em 1752. Somente em 1744, foi que a vila de São José Del-Rei, conquistando o arraial de Tamanduá, levou até ali a fronteira da comarca do Rio das Mortes e de Minas Gerais” (“Quilombo do Campo Grande – história de Minas que se devolve ao povo”, Ed. Santa Clara, Contagem, 2008, p. 502) O mencionado autor explicita em nota de rodapé, de nº 1420, na mesma página: “Este rio do Peixe fica na divisa dos atuais municípios de São Tiago (oeste) e Ritópolis (leste)”. Há de se esclarecer que Francisco Rodrigues Gondim (1718-1763) foi um dos primeiros sesmeiros da Picada de Goiás, tendo sido aquinhoadado com glebas no

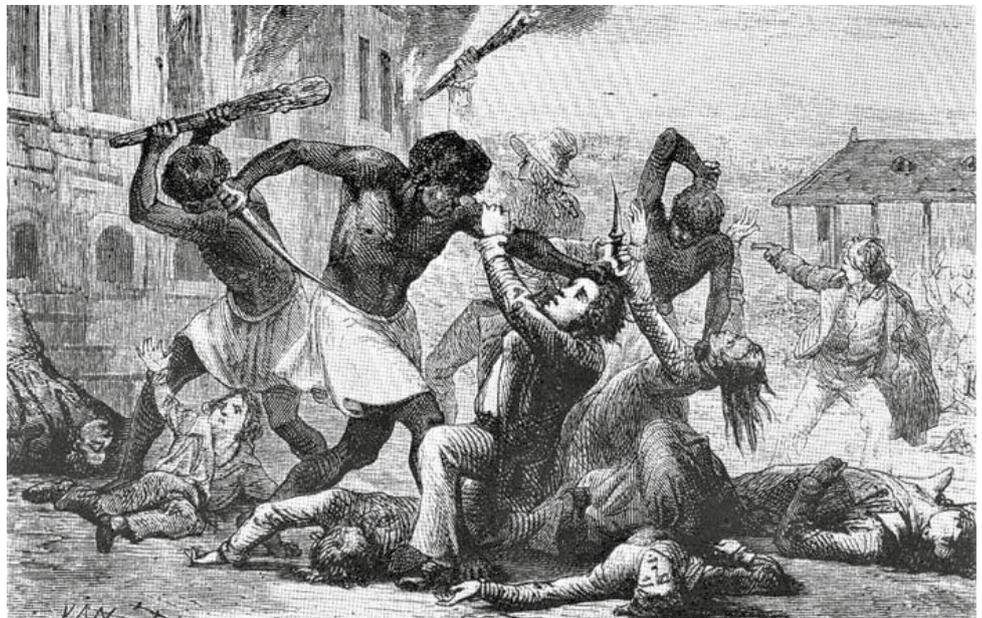
lugar “Mandassaia”, hoje município de Oliveira, tendo que recuar, emergencialmente, para a paragem do Rio do Peixe (São Tiago), conforme o relato do historiador Tarcísio Martins, por força das incursões quilombolas.

Mesmo ante o poderio estupendo das armas coloniais, o quilombo de Ambrósio persistiria ativo, destemido e temido, agora em terras goianas, sendo alvo sistemático de expedições militares até sua eliminação total, o que levaria, ao todo, mais de três décadas. A presença dos quilombolas em Minas Gerais foi deveras marcante no período colonial e por mais que houvesse tentativas repressoras para erradicá-los, imprimiram eles uma marca na têmpera e na dinâmica social mineira.

O Cap. Antonio João de Oliveira, que faleceria em 1759, tinha cartas de sesmaria em Camapuã (onde treinara e acantonara suas tropas em 1746) e em 20/03/1747 ganharia outra sesmaria no lugar “Lagoa”, hoje próximo à cidade de Cristais, onde situava-se a primeira povoação ou quilombo do Ambrósio.

Manoel Ribeiro de Sousa, um dos capitães atacantes da 1ª Povoação do Ambrósio, em 1746⁽⁵⁾, seria beneficiado com uma sesmaria na “paragem do Campo Grande”, entre as sesmarias de Roque de Sousa e Manoel Miz. Gomes, terras hoje do município de São Tiago (Revista do APM v. 14, ano 1909, pp. 70/76).

INTERNET/DIVULGAÇÃO



NOTAS

(1) Entre 1695 e 1790, Minas contou com mais de cem quilombos, povoações de gente pobre, foragida, rebeldes ao Governo, assim qualificadas pelas autoridades coloniais (“Bárbaros matadores”, assim o Gov. Gomes Freire denominava os quilombolas, na prática, lavradores negros e brancos pobres em sua maioria) O maior dos quilombos mineiros, o Campo Grande, não era um quilombo comum: era bem maior do que Palmares, em Alagoas (Palmares só tinha 9 vilas ou núcleos, enquanto Campo Grande chegou a ter 27 vilas, além de dezenas de povoações espalhadas pelo Alto São Francisco, Alto Paranaíba, Triângulo, Centro-Oeste e Sudoeste de Minas).

Segundo o historiador Tarcísio José Martins, ‘o nome Campo Grande, dado à confederação de Quilombos, foi se deslocando de leste para oeste na medida em que também se deslocavam os quilombos, restando, provado documentalmente, que “Campo Grande” em 1746 abrangia apenas a região que vai do Rio do Peixe ao Piumhi, não ultrapassando o São Francisco, não chegando, pois, aos Goiaes, onde ficava o Ambrósio de Ibiá” ([https://pt. Wikipedia. Org/wiki/Quilombo do Ambrósio](https://pt.wikipedia.org/wiki/Quilombo_do_Ambrósio), acesso em 13/01/2017) (Consultar ainda “Quilombo do Campo Grande – História de Minas que se devolve ao povo” pp. 445/446)

(2) Quilombos ou Mocambos eram assim, geralmente, designadas, na sociedade escravista brasileira, as comunidades formadas por escravos fugidos e que se tornaram motivo de sérias preocupações para os senhores e as autoridades de então. A repressão aos quilombos foi uma prática constante, em especial no período colonial. A Capitania de Minas Gerais foi incisiva na utilização de tropas especializadas, terceirizadas em perseguir fugitivos e destruir quilombos. Os quilombolas afrontavam a lei, muitos deles tornavam-se assaltantes formando bandos de saqueadores, infernizando a vida de moradores, fazendas e viajantes.

Os integrantes dessa categoria (perseguidores e capturadores de escravos fugidos) eram denominados capitães do mato, atividade regulamentada por regimentos, um de 1716 e outro de 1722. Eram eles contratados e remunerados para este tipo de trabalho (ex. os valores eram fixados pela distância do local onde estava o foragido). Uma curiosidade: Cerca de 20% dos capitães do mato eram forros. Um capitão do mato tinha que conhecer a região onde iria atuar, os problemas por ele a serem defrontados, logística operacional etc. Para ataque a quilombos, todavia, eram organizadas tropas, a cargo das autoridades que, para tal, recrutavam compulsoriamente moradores (“apenados”) para compor as tropas. Outros moradores eram convocados a fornecer mantimentos, meios de transporte etc.

(3) O Cap. Antonio João de Oliveira foi nomeado a 01/06/1746, pelo Gov. Gomes Freire de Andrade como comandante das tropas a serem enviadas para combate ao quilombo do Campo Grande. Julgou ter destruído o quilombo de Pai Ambrósio, mas, na verdade, destruíra parcialmente o 1º quilombo ou 1ª povoação do Ambrósio, localizado na Serra das Esperanças (Serra da Boa Esperança), território hoje pertencente aos municípios de Cristais, Aguanil e Guapé (MG). ver matéria em nosso boletim nº CXVII – out./2015.

“Em 1746, (Gomes Freire) resolveu arrasar o Quilombo Grande, cuja capital era a povoação do negro Ambrósio, localizada entre o rio Lambari e o Jacaré, afluentes da margem direita do rio Grande. Mandou que as câmaras das principais vilas e cidades infestadas contribuíssem com as munições de guerra e de boca. Arrecadadas 2.750 oitavas de ouro, encarregou o capitão João Antonio de Oliveira a marchar sobre o Campo Grande, comandando mais de 400 homens, armados de mosquetes e granadas, dividindo-os em várias esquadras sob o comando de outros capitães” (dentre eles Vicente da Costa Chaves, Manoel de Souza Portugal, Manoel da Costa Gouveia, Manoel Ribeiro de Sousa). O Capitão João Antonio julgou ter destruído o tal quilombo do Ambrósio e morto o seu chefe. Ledo engano” (Tarcísio José Martins – “Sesmaria Cruzeiro, o quilombo das luzes”, 1ª ed. virtual, p. 16). As tropas coloniais, na verdade, destruíram alguns povoados: Fala, Pedras, Ponte Alta etc. sobrevivendo o grosso dos quilombolas e o próprio chefe Ambrósio, que se reinstalaram em terras do Alto Paranaíba e Triângulo.

Entre o final de 1758 e início de 1759, Diogo Bueno da Fonseca atacou as “reliquias” do Quilombo do Ambrósio, sitas no hoje município de Aguanil, “que ia principiando a engrossar e fazer temido”, no dizer do Gov. Gomes Freire. O ataque à 2ª povoação ou quilombo do Ambrósio, também conhecido como Quilombo Grande, em Ibiá e Campos Altos, foi realizado pelo Cap. Bartolomeu Bueno do Prado, que, por sua vez, em 1760, juntamente com o Cap. Diogo Bueno da Fonseca, fariam o ataque final do quilombo do Cascalho.

Muitos quilombolas dedicavam-se a atividades ligadas à agricultura, criação de animais, pesca, mineração, além de ataques a viajantes, tropas, vilas, aldeias, fazendas. Além dos quilombolas, havia as quadrilhas de assaltantes, compostas de homens das mais diversas etnias sociais, que infestavam as estradas, roubando, violentando, matando. A mais famosa dessas quadrilhas foi o “bando da Mantiqueira”, chefiado pelo lendário Montanha e que aterrorizou a região do Caminho Novo entre 1781 e 1784 (ver material em nosso boletim nº) Minas foi um palco fértil para a proliferação de problemas sociais de toda ordem, contando ainda com enorme número de vadios - constituídos por cabras, mestiços, forros, mulatos, brancos pobres - entregues a furtos, devassidão, trazendo preocupação e repressão por parte das autoridades. Muitos, porém, eram honestos, trabalhadores, com posse pacífica da terra e que viriam a ser espoliados, em especial pelas ordens de Inácio Correia Pamplona e outros tiranos, que assim agiam em nome da Coroa.

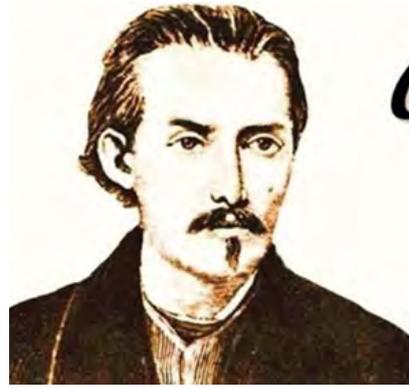
(4) Tratava-se de uma expedição com vultosas despesas, exigindo-se a cooperação de todas as câmaras da Capitania. O então governador, Gomes Freire de Andrade “mandou três oficiais de guerra às freguesias dos Carijós, Congonhas, Ouro Preto, Prados para que tirassem e pusessem em marcha 200 homens armados; ao capitão-mor de São João Del-Rei, Manoel da Costa Fonseca, ordenou preparasse daquela vila e imediações de Brumado, Santa Rita e vizinhanças 60 homens capazes para a luta, incluídos capitães-do-mato. Ao capitão Vicente da Costa Chaves, o comandante da expedição de 1743, ordenou que, dentro de sua jurisdição, preparasse também 60 homens capazes e dispostos para a luta. Um dos capitães, Antonio da Câmara Portugal, também auxiliou bravamente na organização da tropa e no ataque. Com mais alguns elementos de Vila Rica, estava pronta a tropa de 400 homens armados sob o comando do governador Antonio João de Oliveira. O capitão Vicente da Costa Chaves teve a incumbência de preparar também todas as munições de guerra e de boca” (Waldemar de Almeida Barbosa – “Negros e quilombos em Minas Gerais – História de Minas”, B.Horizonte, 1972, pp. 39/39).

(5) Sobre o Cap. Manoel Ribeiro de Souza, agraciado com sesmaria em terras do atual município de São Tiago, ver matéria “Concessão de sesmarias na Paragem do Rio do Peixe – origens do povoamento de São Tiago” em nosso boletim nº CXV, abril/2017, pp. 10/11, nota 5.



HORÁCIO JOSÉ MARQUES DE ABREU (PRIMO SOBRINHO DO POETA CASIMIRO DE ABREU)

Túmulo de Horácio José
Marques de Abreu - ce-
mitério de São Tiago



Casimiro
de
Abreu

O POETA CASIMIRO DE ABREU

Casimiro José Marques de Abreu, tio-primo de Horácio José Marques de Abreu, foi poeta da 2ª geração romântica e até hoje um dos mais populares poetas de nossa literatura. Seus poemas líricos são declamados espontaneamente por populares e admiradores, dentre eles “Meus oito anos”, “Deus”, “Saudades”, “Minha alma é triste”, “Suspiros” etc.

Filho de rico comerciante fluminense, José Joaquim Marques de Abreu e de D^a Luisa Joaquina das Neves, Casimiro de Abreu nasceu na fazenda da “Prata”, propriedade herdada por sua mãe em Barra de São João em 04/01/1839 e faleceu em 18/10/1860 na fazenda de seu pai em Indaiaçu, vitimado pela tuberculose. Tinha ele 21 anos.

Realizou os estudos primários em Cabo Frio e iniciou o curso de humanidades no Instituto Freese em Nova Friburgo, cidade de maior porte da região do Estado do Rio de Janeiro e para onde convergiam, à época, os adolescentes induzidos por seus pais a se aplicarem nos estudos. Aos 13 anos, transferiu-se para o Rio de Janeiro, para trabalhar com o pai no comércio. Aos 15 anos (1853), embarcou para Portugal, onde entraria em contato com o meio intelectual lusitano, convivendo com Alexandre Herculano, Rebelo da Silva, dentre outros, ali escrevendo a maior parte de sua obra.

Em 1856, fez representar, em Lisboa, seu drama “Camões e o Jau”. Em 1857, retornou ao Brasil, não se afastando, todavia, do meio intelectual e principalmente boêmio. Manteve amizade com inúmeros escritores da época como Machado de Assis, Manoel Antonio de Almeida, Francisco Otaviano, Quintino Bocaiuva. Passou a escrever para jornais e a colaborar em revistas como “Correio Mercantil”, “O Panorama” (1837-1868), “A Ilustração Luso-Brasileira” (1856-1859), “Revista Popular”, “A Marmota”, “O Espelho” etc.

Tuberculoso, retirou-se para a fazenda de seu pai em Indaiaçu, ali vindo a falecer a 18/10/1860. Sepultado, conforme seu desejo, no cemitério secular da Capela de São João Batista em Barra de São João, em lápide junto ao túmulo do pai, que falecera 6 meses antes. Patrono da cadeira nº 6 da Academia Brasileira de Letras.

Poeta dos mais populares de nossa literatura. Poesia com linguagem simples, ingênua, cujos temas abordam a casa paterna, a nostalgia da infância, a saudade da terra natal, o amor romântico.

OBRAS

“As Primaveras” (Poesias - 1860)

“Carolina” (romance - 1856)

“A Cabana” (1858)

“A Virgem Loura”

“Camões e o Jau” (teatro - 1856).

No dia 14 de agosto de 1907, quase ao final do período das tradicionais “Festas de Agosto”, o então distrito de São Tiago viu-se abalado por funesto acontecimento – confusão e sangrento conflito entre dois cidadãos, aliás ambos forasteiros, provocando, tragicamente, a morte de um deles. A vítima, Horácio José Marques de Abreu, pessoa conhecida e estimada de todos, em especial dos comerciantes locais. Era ele de nacionalidade portuguesa, por profissão “cometa” (viajante comercial da firma Oliveira Valle & Cia, do Rio de Janeiro) prestando serviços itinerantes de representação comercial por toda a região. O assassino, um estranho – “cigano”, na acepção popular – que se achava eventualmente na cidade, que acolhia, então, centenas deromeiros e transeuntes, ao ensejo das Festas do padroeiro São Tiago Maior e que se prolongavam, naqueles tempos, até 15/08 (Assunção de Nossa Senhora). Eram as famosas “Festas de Agosto”, celebradas secularmente e que viriam a ser desativadas, ai pela década de 1970, sabe-se lá por quê motivos, pela Paróquia local.

Desavença e morte – Horácio José Marques de Abreu, viajante comercial como vimos e que frequentava a miúdo o distrito, a negócios, achava-se hospedado, naquela oportunidade, assim como inúmeras vezes estranhos e romeiros, na Pensão Caputo, participando das celebradas “Festas de Agosto”. Na manhã do dia 14 de agosto, à hora do café, teria surgido, à mesa, uma alteração, por motivos fúteis, entre o viajante e um dos hóspedes estranhos, cognominado “Cigano”. De uma simplória discussão, os fatos adquiriram foros graves, passando a violenta luta corporal na rua, nas proximidades da Igreja Matriz e dali culminando com o assassinato de Horácio.

Horácio, então com 36 anos, seria atingido mortalmente por projétil na cabeça, agonizando por algum tempo, vindo a falecer em plena via pública e aqui sendo sepultado – túmulo 267 “Causa mortis – hemorragia cerebral produzida por ferimento de arma de fogo com a qual fora assassinado como consta do auto do corpo de delicto feito pela autoridade policial deste distrito...” (Livro de Óbitos nº 2C, fls. 8/9, Cartório de Paz e Notas de São Tiago).

Horácio, segundo informações que nos foram repassadas pelo prof. Mário Alves de Oliveira, escritor e consagrado biógrafo do poeta Casimiro de Abreu, era filho de Francisco José Marques de Abreu (tio paterno do poeta) casado com sua sobrinha Maria Joaquina, esta, portanto, irmã de Casimiro de Abreu, enlace realizado em Portugal em 17/06/1855. Deste consórcio, nasceram 11 filhos, sendo 8 homens e 3 mulheres. Dois dos filhos homens (Horácio e Casimiro, homônimo do poeta) aparecem grafados na lápide do túmulo de Horácio no Cemitério Paroquial de São Tiago. É que após o sepultamento de Horácio, seu irmão Casimiro veio do Rio de Janeiro, portando lápide em mármore carrara, que passou a cobrir-lhe o túmulo, contendo a seguinte homenagem: “Aqui jaz Horácio José Marques de Abreu assassinado em 14/08/1907. Saudades de seu irmão Casimiro J. M. Abreu”

Horácio nasceu em Portugal em 02/07/1871, enquanto seu irmão Casimiro nasceu em 15/12/1864, vindo este a falecer no Rio de Janeiro em 22/08/1917, onde era conhecido e respeitado comerciante.

NR – Sobre Horácio José Marques de Abreu ver matéria em nosso boletim nº V – fev/2008.

02 DE JULHO

Dia da Independência da Bahia

Embora a Independência do Brasil tenha sido proclamada por D. Pedro I em 07 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, a Província da Bahia levaria ainda mais algum tempo para se libertar do jugo colonial, onde tropas portuguesas resistiram ali por meses. Seriam expulsas finalmente no dia 02 de julho de 1823, data oficial da independência da Bahia. O movimento de independência da Bahia se iniciara, na verdade e efetivamente, em 19 de fevereiro de 1822, motivado pelo sentimento emancipacionista de seu povo. Achava-se então a Província dividida em vários grupos políticos, dentre eles o liberal, que preconizava a manutenção da condição de Reino Unido conquistada com a vinda da Corte para nosso País e o lusitano, formado por portugueses, interessado(s) na volta ao estado colonial anterior.

A província baiana sempre demonstrara inquietude e pioneirismo quanto à autonomia brasileira. Desde a Conjuração Baiana (1898), com a ostensiva participação das camadas mais simples, achava-se arraigado na população o sentimento de independência em relação a Portugal. A Revolução Liberal do Porto (1820) teve enorme repercussão na Bahia, onde era grande o número de portugueses. E em fevereiro de 1821, eclodiria uma conspiração de cunho constitucionalista, dele participando vultos como Cipriano Barata, José Pedro de Alcântara, o capitão João Ribeiro Neves. Os conspiradores desejavam, como ocorrera em Portugal, uma constituição que limitasse o poder real. O retorno de D. João VI a Portugal (abril de 1821), a decisão das Cortes Portuguesas de que seu filho D. Pedro de Alcântara também voltasse a Portugal, com o retrocesso do Brasil à condição colonial (não mais Reino Unido) fez acentuar a cisão entre brasileiros e portugueses, gerando-se muitos boatos, conflitos parciais e tensões generalizadas. Em 12 de julho de 1821, soldados portugueses saíram pelas ruas de Salvador, atacando militares e civis brasileiros, registrando-se mortos e feridos.

A situação se deteriorava. A 31 de janeiro de 1822, uma nova junta foi eleita (em substituição ao Conde de Palma, que renunciara), sendo nomeado o general brigadeiro Inácio Luis Madeira

de Melo como comandante de armas (governador) da província baiana, militar este renegado pelo povo. Já em 14 de junho de 1822, a Câmara da Vila de Santo Amaro da Purificação proclamava a unidade nacional e reconhecia a autoridade de D. Pedro I. Os ânimos se exaltam de vez. As lutas se prolongariam de junho de 1822 a julho de 1823, com escaramuças e combates entre tropas portuguesas e brasileiras. Na madrugada de 19 de fevereiro de 1823, Salvador se transformaria em uma praça de guerra. Tropas portuguesas tomaram o quartel sede do 1º Batalhão de Infantaria (pro brasileiro) e ainda o Forte de São Pedro. Os marinheiros portugueses, a seguir, passaram a atacar casas, pessoas e até o Convento da Lapa – onde alguns revoltosos baianos haviam se refugiado – vindo os invasores a assassinar sua abadessa, Sórora Joana Angélica, uma das mártires da Independência Brasileira. O General Madeira de Melo assumiria, enfim, suas funções, prestando juramento à Câmara Municipal em 02 de março de 1822. No poder, o “partido português” passou a atemorizar os brasileiros, que passaram a reagir com pedradas, emboscadas, enfim combates abertos, tendo os brasileiros recebido reforços do Rio de Janeiro e de uma vasta mobilização popular, dos sertões ao litoral, em toda a província baiana.

No dia 28 de outubro de 1822, tropas do Exército Pacificador que tinham saído do Rio de Janeiro, sob o comando do General Labatut, chegam a Capuame, hoje Dias D’Ávila, na Bahia, ocorrendo no dia 08 de novembro de 1822 a batalha de Pirajá, sendo vitoriosos os soldados brasileiros, após mais de oito horas de luta. No dia 07 de janeiro de 1823, tropas portuguesas atacam a ilha de Itaparica com objetivos logísticos de ali instalar um posto de abastecimento das tropas, sendo rechaçadas heroicamente pelos itaparicanos. Dia 27 de maio de 1823, o exército pacificador brasileiro passa ao comando do Cel. José Joaquim Lima e Silva, acolitado pelo Cel. Antero José Ferreira de Brito, que o reorganizam e em 23 de junho atacam, cercam e derrotam os portugueses sob o comando do General Brigadeiro Inácio Luis Madeira de Melo nas batalhas de Pirajá, Ilha da Maré e Boca do Rio. Contou-se, para tal, com a ajuda da esquadra imperial comandada pelo Almirante Thomas Cochrane, que em maio de 1823 chegara à Bahia, bloqueando o porto de Salvador. Dia 02 de julho, as tropas portuguesas remanescentes, cerca de 4.500 homens, se retiram de Salvador com destino à Europa, consumando a independência da província da Bahia, que assim, ao custo de milhares de vidas e acirradas lutas por terra e mar, se inseriu de vez na unidade federativa do Brasil.



EVENTOS TURISTICOS e a participação do poder público

Recentemente, uma polêmica tomou conta da imprensa. A decisão do atual prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella, de reduzir pela metade os repasses oficiais a escolas carnavalescas daquela cidade. Muito correta e sensata, assim podemos entender, sua posição. A redução de subvenções públicas a eventos turísticos e econômicos é uma constante nos dias de hoje, aplicada por administrações sérias, lúcidas, estratégicas. Não só em função da grave crise econômica vivida pelo País, que afeta todos os níveis da administração pública, mas igualmente por prioridade social, fiscal e até humanitária. Não se justificam recursos públicos limpos – retirados dos cofres oficiais – para custear eventos espetaculosos, até mesmo o absurdo de se custear cantores ou conjuntos musicais, a maioria milionários e “fabricados” publicitariamente, quando faltam verbas para creches, hospitais, escolas etc. Festas, por mais justificáveis, tem que ter orçamentos e estratégias próprios, não podendo, sob nenhuma hipótese, serem desviadas receitas (dinheiro limpo de impostos) para tal.

Há que se ter criatividade, planejamento, mediante a elaboração de projetos sustentáveis, buscando-se recursos junto a patrocinadores, via Lei Rouanet, ICMS Cultural e Turístico, empresas fornecedoras, atacadistas, prestadoras de serviços, a começar das locais, que se enriquecem a olhos vistos em suas transações com indústrias e consumidores. O Poder Público tem que apoiar mediante ações logísticas, estratégicas, jamais o seu custo. Basta olharmos megaeventos característicos de repercussão nacional, como as festas juninas no Nordeste do Brasil, patrocinados por grandes empresas de bebidas, alimentos, hotelaria, transporte etc. que, economicamente, são as beneficiárias e in-

teressadas diretas no êxito comercial de tais festas. Então, que os projetos de realização de eventos, entre nós, inclua – como patrocinadores imediatos - fornecedores de insumos, atacadistas, empresários do setor, prestadores de serviços que são os maiores beneficiários.

Temos nós brasileiros, principalmente setores do empresariado, uma cultura paternalista, hipossuficiente – queremos viver às custas do Estado, com privilégios, juros bancários subsidiados (BB, BNDES) obviamente que pagos e às custas de toda a sociedade. Não somos liberais. Não sabemos concorrer democraticamente. Daí o assombro com que deparamos com as notícias políticas e policiais do País. O corromper autoridades para se obter contratos superfaturados, perdão de dívidas, compra de medidas provisórias. Uma relação promiscua, tirânica, criminosa entre capital e política, lesiva ao País e ao cidadão, que se vê espoliado, sem garantias civis, convivendo os péssimos serviços públicos (saúde, educação, saneamento, segurança, comunicação etc.).

Homens honrados, com retidão de caráter, competência, tornam-se, a cada dia, raridade. Até parece que famílias, escolas, instituições seculares já não os formam mais. Ou então chegamos à máxima de Rui Barbosa, de que atingiríamos a um estágio tal de degradação moral que o cidadão teria vergonha de ser honesto. Ou como se ouviu em uma roda: todo honesto será processado e preso... Questão de mais alguns dias! Encontramos, infelizmente, “ignorantes diplomados”, “indignos”, “pessoas de valores morais e éticos deformados”, o caráter aviltado, que, no poder, tornam-se assaltantes, detentores de fortunas saqueadas da Nação, levando a sociedade honrada à impotência, à humilhação, à pobreza.

SÃO TIAGO sem acesso a jornais de circulação diária



distribuição do jornal que alegou como justificativa a dificuldade de transporte dos jornais da Capital mineira até São Tiago. Nenhuma satisfação oficial, no entanto, o que configura flagrante desrespeito e dolo para com o leitor-consumidor.

Contatos junto ao jornal “O Tempo” também não surtiram efeito, quanto a assinaturas, sob a mesma alegação de limitações logísticas no trajeto Belo Horizonte, via Divinópolis ou São João del-Rei, até a chegada a nossa cidade. Ou seja, de uma hora para outra, não mais se encontra uma solução para a interconexão/baldeação dos jornais entre BH e nossa cidade, ao que sabe, servida diariamente por várias linhas de ônibus intermunicipais. Muito estranho!!!

Uma cidade que dispõe de uma tradição de décadas, desde 1940 aproximadamente, ao que se sabe, na assinatura de jornais diários e vê-se, de uma hora para outra, discriminada, alijada do mapa! No passado, jornais como “O Diário”, “Correio da Manhã”, “Jornal do Brasil”, “Estado de Minas”, “Última Hora” e quantos outros chegavam normalmente até nós, tendo como assinantes a Paróquia local, agências bancárias (Nacional, Banco de Minas Gerais), farmácia, vários fazendeiros como os srs. Durval Mata, Francisco Assis Sobrinho, Antonio Pinto de Oliveira etc. Eis-nos surpreendidos com a nova e vergonhosa condição – e isso em pleno século XXI.

Há praticamente um ano, São Tiago não mais recebe jornais e/ou publicações de circulação diária. Inúmeros moradores, assinantes há décadas do jornal “Estado de Minas” viram, estupefatos, suas assinaturas suspensas, sem a mínima satisfação por parte da empresa Diários Associados. Como as assinaturas são pagas antecipadamente, muitos assinantes viram-se lesados (não mais receberam as edições restantes daquela publicação), mesmo após insistentes reclamações junto ao setor de

Bodas de Diamante

Antonio Resende nasceu no dia 20 de maio de 1935, filho de Luiz Gonzaga de Resende e Eva Silveira de Resende. Noeme Silveira de Andrade nasceu no dia 29 de março de 1937, filha de Teodoro Gabriel de Andrade e Olímpia Conceição de São José.

Os dois jovens, primos de 3º grau, receberam de Mons. Francisco Elói de Oliveira a benção do matrimônio no dia 30 de abril de 1957.

Recém-casados foram morar no lugar denominado Jacaré e depois de 5 anos de casamento, em abril de 1962 nasceu o 1º filho: Márcio; três anos depois nasceu o 2º filho: Marcos.

Em outubro de 1966 mudaram para o Pinheiro e aí em 1971 nasceu o 3º e último filho: Mário.

A vida transcorria calma e sem pressa e iam criando os filhos, dando a eles exemplos vivos de dignidade e amor, eram verdadeiros representantes da vontade de Deus, preparando os filhos para a vida com amor, dedicação e desprendimento.

Filhos já crescidos, tendo-os berço para enfrentar a vida com coragem, assim começaram a deixar a casa paterna para formar novas famílias.

Em outubro de 1987, Marcos casa-se com Aparecida. Passados 3 anos, em outubro de 1990 nasce a 1ª neta: Juliana. Em 1992, Márcio casa-se com Doralice e Mário com Rosiclea. Aí Antônio e Noeme veem todos os filhos casados.

Em setembro de 1992 nasce a 2ª neta: Luana. Em agosto de 1993 nasce Wesley Pilar. Em abril de 1994 nasce Leandro Luiz. Em outubro de 1998 vem ao mundo a 5ª neta: Josiane e em maio de 2006 são contemplados com a última neta Carolina.

Em 2007 Antônio e Noeme fazem as bo-

das de ouro e já sonham com as bodas de Diamante.

Em 2008 a neta Luana casa-se com Angelino e em janeiro de 2009 nasce o 1º bisneto, dando a eles o prazer de conhecer a 4ª geração. Em 2014 a neta Josiane casa-se com Marcelo e o neto Leandro com Daiane e em novembro de 2016 são contemplados com o nascimento da pequenina Iasmim.

No dia 30 de abril de 2017, Antônio e Noeme, com a graça de Deus, comemoraram 60 anos de união unidos de trabalho, às vezes ilusões, às vezes desilusões, têm a alegria de fazerem bodas de diamantes. E como sonhar é viver, eles já estão sonhando com a chegada da 3ª bisneta: Marcela, que virá em julho realizar a felicidade que eles plantaram e neste momento estão colhendo.

**Parabéns!
Obrigado Deus!
Homenagem do filho Márcio**



Fundador da Álgebra e o que melhor definiu o Ser Humano.
“Perguntaram ao grande matemático Persa Al Khawarizmi sobre o ser humano e ele respondeu:

- Se tiver ética ele é 1;
- Se também for inteligente, acrescente 0 e será 10;
- Se for também rico, acrescente mais um 0 e será 100;
- Se também for belo, acrescente mais um 0 e será 1.000.

Mas... se perder o 1, que corresponde à Ética, então perderá todo o seu valor e restarão apenas os zeros.”